PROCESSO TC nº 21.329/20

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Paraíba Previdência, **Sr. Jose Antonio Coelho Cavalcanti**, concedendo Pensão por morte do servidor ***Sr.* Júlio Farias de Souza**, matrícula nº 516.089-8, 2º Sargento, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária a **Sra. Lidiane Maria de Lima Viana Farias**. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a **Sra. Lidiane Maria de Lima Viana Farias**.

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

1ª Câmara

Processo TC nº **nº 21.329/20**
Objeto: Pensão
Beneficiária: **Lidiane Maria de Lima Viana Farias**
Servidor (a): **Júlio Farias de Souza**
Órgão: **Paraíba Previdência**
Gestor Responsável: **Jose Antonio Coelho Cavalcanti**
Procurador/Patrono: **Roberto Alves de Melo Filho – OAB/PB nº 22.065 e Outros**

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0089/2023

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 21.329/20**, referente à concessão de Pensão por morte do servidor ***Sr.* Júlio Farias de Souza**, matrícula nº 516.089-8, 2º Sargento, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária a **Sra. Lidiane Maria de Lima Viana Farias**, acordam os Conselheiros integrantes da ***1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA***, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo [Portaria – P – Nº 885], tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.
TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.

João Pessoa, 02 de fevereiro de 2023.

Assinado 6 de Fevereiro de 2023 às 11:12

Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE

Assinado 2 de Fevereiro de 2023 às 13:51

Cons. Antonio Gomes Vieira Filho
RELATOR

Assinado 7 de Fevereiro de 2023 às 15:02

Marcílio Toscano Franca Filho
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO